

# Em crise quem construiu Brasília

NAIR BICALHO  
Colaboradora

lhando a cidade, no esplendor de sua arquitetura, fica difícil imaginar as horas ininterruptas de trabalho, os acidentes, o sacrifício e a esperança vivida pelos seus construtores. Passado recente, porém, mergulhado na lembrança dos "candangos", permanece vivo nos depoimentos dos trabalhadores.

Hoje o cenário é sombrio.

O começo da crise foi em 1979. Diz um carpinteiro: "E, realmente na época que surgiu esse reajuste (março), eu lembro muito bem que todas as empresas logo a seguir desempregaram quase 30% dos trabalhadores em Brasília. Isso desnecessário, porque todas as empresas naquela época tinham trabalho pra todos os trabalhadores que estavam empregados... Aliás, eles desempregaram boa parcela de trabalhadores antes da greve (agosto de 1979), depois que surgiu a convenção coletiva de trabalho da construção civil e os trabalhadores fizeram a greve, e depois da greve foram demitidos mais trabalhadores".

Olhando os números pode-se verificar a queda no volume de emprego na construção civil do DF: em dezembro de 1978 a categoria tinha 33.578 trabalhadores; em dezembro de 1983 este contingente foi estimado em 14.464 pessoas (Codeplan, "Indicadores Conjuntuais"), ou seja, menos da metade do total existente em

1978. Tomando um exemplo mais próximo, vê-se que o índice de emprego entre novembro de 1982 e novembro de 1983 ficou em torno de 33,04, isto é, de cada 100 trabalhadores, 33 foram demitidos.

O ano de 1979 (novembro) foi o início da nova política salarial baseada em reajustes semestrais de salário. Se a medida de alguma forma aliviou a tensão provocada pela alta do custo de vida no bolso dos trabalhadores, do lado patronal implicou em maior desembolso para cobrir a folha de salários. Dessa forma, uma estratégia específica adotada pelo patronato foi percebida pelos operários: "Pagavam o salário direito aos trabalhadores com aquele salário atual e fichavam outros trabalhadores com salário mais baixo. Faziam uma troca de emprego de uma empresa para outra, só apenas para assim pagar ao trabalhador mais baixo o salário... É, justamente foi desde essa época que modificou a coisa, foi quando nós trabalhadores passamos a ganhar esse salário de desigualdade".

Esta estratégia, muito utilizada no setor industrial, atinge de forma mais direta o setor operário da construção civil, uma vez que os trabalhadores não estão organizados dentro dos canteiros, nem contam com a iniciativa do sindicato para pressionar a

adoção de critérios para as demissões e evitar o rebaixamento salarial, medida, sem dúvida alguma, ilegal.

Esta situação traduzida ao nível individual significa insegurança, tensão, desorganização familiar e fome. Uma reportagem publicada na Folha de S. Paulo de 7/11/83 feita pelo jornalista Ricardo Kotscho ("A fome dos que trabalham duro"), num canteiro de obra de São Paulo revela: os trabalhadores comem uma vez por dia e esta refeição é geralmente arroz com "relógio de pulso" (meio ovo cozido) ou com alguma mistura (frango ou couro de porco) que acaba sendo dividida com os colegas que só têm arroz e um pouco de feijão nas marmitas.

Alguns fatos noticiados pela grande imprensa nacional expressam os limites de sobrevivência em que se encontram os operários da construção civil: de um lado, os saques feitos a estabelecimentos comerciais fornecedores de produtos alimentícios, principalmente nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro; de outro, as ocorrências de homicídios de membros da própria família ou o suicídio de trabalhadores movidos pelo desespero do desemprego e da fome.

Eis aí o cenário da crise.

Eis aí o preço social não computado na dívida nacional.